


9.15.	Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
10.	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
10.1.	A sessão pública poderá ser reaberta:
10.1.1.	Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
10.1.2.	Quando houver erro na aceitação do prego melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
10.2.	Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
10.2.1.	A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
10.2.2.	A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
11.	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
11.1.	A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser:
11.1.1.	apresentada a Razão Social, número de inscrição no CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da LICITANTE;
11.1.2.	ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
11.1.3.	apresentar a proposta, devidamente ajustada ao lance vencedor ou ao valor negociado, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório;
11.1.4.	apresentar declaração expressa de estarem incluídos nos preços propostos todos os custos e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto. Na falta de tal informação serão considerados aceitos os termos deste subitem;
11.1.5.	apresentar declaração informando o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. Na falta de tal informação será considerado aceito o prazo citado nesta alínea;
11.1.6.	conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
11.2.	A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
11.2.1.	Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
12.	DOS RECURSOS
12.1.	O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
12.2.	Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
12.2.1.	Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
12.2.2.	A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer implicará a decadência desse direito.
12.3.	Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
12.3.1.	O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da qual praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.
12.3.2.	O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
12.4.	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios - CGRL/COPLI, do MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, na Esplanada dos Ministérios, bloco "J", Sala 910, CEP - 70.053-900 - Brasília-DF, no horário de 9:00 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas, mediante a utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.
13.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
13.1.	O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
13.2.	Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
13.3.	O objeto do certame será adjudicado a uma única LICITANTE, pois o critério de julgamento será pelo MENOR VALOR GLOBAL PARA 12 (doze) MESES , sendo aceito somente duas casas decimais após a vírgula, com valor exato (sem dízimas).
14.	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
14.1.	O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
14.1.1.	A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
14.1.2.	O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
14.2.	A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme o item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
14.3.	A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
14.3.1.	prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
14.3.2.	prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
14.3.3.	multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada e
14.3.4.	obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
14.4.	A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
14.5.	A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
14.6.	No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
14.7.	Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado.
14.8.	A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
14.9.	Será considerada extinta a garantia:
14.9.1.	com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
14.9.2.	no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h" do item 3.1 do AnexoVII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
15.	DO TERMO DE CONTRATO
15.1.	Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
15.2.	O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços contratará a adjudicatária para realização do cadastramento do fornecedor no Sistema Eletrônico de Informações do MDC. Após efetivação do cadastro, será disponibilizado Termo de Contrato para assinatura da empresa em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do e-mail contendo o link de acesso, sob pena da incidência das sanções deste Edital.
15.3.	a) na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência do contrato.
15.4.	b) quando a adjudicatária que não fôr a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, não quiser assinar o contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação e comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais comissões legais.
15.5.	O prazo estabelecido no subitem 15.2 para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.
15.4.1.	Proveniente à contratação, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - Cadin, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
15.4.1.1.	Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
15.5.	Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento
15.6.	O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
15.7.	As disposições acerca da garantia de execução contratual estão previstas na Minuta de Contrato.
16.	DO REAJUSTE
16.1.	As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
17.	DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
17.1.	Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
18.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
18.1.	As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
19.	DO PAGAMENTO
19.1.	Será efetuado pela Contratante mensalmente, conforme demanda efetivamente executada, após conferência, mediante a apresentação das Notas Fiscais, que deverão conter o detalhamento dos serviços executados.
19.2.	O pagamento decorrente de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
19.3.	O pagamento somente será efetuado depois de efetuado o "atras-selo" pelo servidor competente, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
19.4.	Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
19.5.	Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
19.6.	Constata-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
19.7.	Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
19.8.	Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
19.9.	Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
19.10.	Quando do motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não se rescindindo o contrato em execução com o pagamento de indenização inadimplente no SICAF.
19.11.	Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não se rescindindo o contrato em execução com o pagamento de indenização inadimplente no SICAF.
19.11.1.	Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
19.11.2.	A Contratada regularmente inscrita, de acordo com o Plano de Cargos, Classes e Funções do MDC, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de documentação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
19.12.	Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concordado, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
19.12.1.	$F = (C + J) \times (1 + I)^N$ <p>onde:</p> <ul style="list-style-type: none">F = Valor a ser pagoC = Valor em dívidaJ = Juros de moraI = Índice de atualização financeiraN = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento
20.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
20.1.	Ao participar do certame, a licitante declara cumprir as exigências deste Edital e suas anexos. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar a aplicação de sanções, em conformidade com o que dispõe o art. 28 do Decreto nº 4.550, de 31 de maio de 2005, o art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
20.2.	Serão instaurados procedimentos administrativos para aplicação de sanção quando observadas as seguintes condutas pela empresa licitante:
20.2.1.	Não manter, injustificadamente, a proposta – conduta que abarca:
20.2.1.1.	a ausência do envio da proposta;
20.2.1.2.	a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido;
20.2.1.3.	o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que tal pedido não esteja fundamentado na demonstração de vício ou falha na elaboração da proposta, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.
20.3.	Deixar de entregar documentação exigida para o certame, dentro do prazo, via sistema ou enviá-la de modo insuficiente.
20.4.	Apresentar documentação falsa ou cometer fraude fiscal.
20.5.	Deixar de entregar os originais, quando convocado, no prazo estabelecido em Edital.
20.6.	Outras condutas que ensejem o retardamento do processo licitatório –qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação ou a inclusão de licitante, a qualquer momento da licitação, em amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de fraude de erro no julgamento, ou que atrose a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços.
20.7.	Comportar-se de modo indolente – conduta que abarca a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou ao conluio entre os integrantes, em qualquer momento da fase de lances.
20.7.1.	Caracterizar-se como conduta indolente a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor lícito.
20.8.	Não assinar contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retrar instrumento equivalente, quando convocado <u>no prazo estabelecido no Edital ou em 5 (cinco) dias úteis quando não houver outra previsão.</u>
20.9.	O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 20.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções (que podem ser cumulativas):
20.9.1.	Não manter a proposta: impedimento de licitar com a União pelo prazo de 6 (seis) meses. Se a conduta for reincidente, o prazo do impedimento será de 1 (um) ano;
20.9.2.	Deixar de enviar documentação ou enviar documentação insuficiente: impedimento de licitar com a União pelo prazo de 6 (seis) meses. Se a conduta for reincidente, o prazo do impedimento será de 1 (um) ano;
20.9.3.	Apresentar documentação falsa ou cometer fraude fiscal: impedimento de licitar com a União, pelo prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos;
20.9.4.	Deixar de entregar os originais, quando convocado, no prazo estabelecido em Edital: impedimento de licitar com a União, pelo prazo de 1 (um) ano e 2% (dois por cento) do valor estimado do(s) item(s) do contrato;
20.9.5.	Outras condutas que ensejem o retardamento do processo licitatório: impedimento de licitar com a União pelo prazo de 1 (um) ano e multa pecuniária de 2% (dois por cento) do valor estimado do(s) item(s) do contrato;
20.9.6.	Condutas que caracterizem comportamento indolente: impedimento de licitar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, 2% (dois por cento) do valor estimado do(s) item(s) do contrato e comunicação do ato ao Ministério Público Federal;
20.9.7.	Não assinar contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retrar instrumento equivalente: impedimento de licitar com a União, pelo prazo de 2 (dois) anos, e multa pecuniária de 10% (dez por cento) do valor total previsto na Nota de Empenho, Ata de Registro de Preços ou Contrato;
20.10.	Poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) a depender da caracterização da conduta prevista nos itens 19.9.1 e 19.9.2.
20.11.	A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
20.11.1.	A aplicação das sanções pelo MDC seguirá o rito instituído pela Portaria nº 334, de 23 de dezembro de 2016 , publicada no Diário Oficial da União nº 247, seção I, p. 69-70.
20.12.	As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF.
20.13.	As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF.
20.14.	As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
21.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
21.1.	Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
21.2.	A Impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mdc.gov.br , ou por petição dirigida ao protocolado no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco "J" sala 910, CEP - 70053-900, Brasília-DF - Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios - CGRL/COPLI.
21.3.	Não serão aceitas impugnações apresentadas fora dos prazos legais (observado o horário de Brasília até às 18 horas).
21.4.	Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
21.5.	Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
21.6.	Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
21.7.	As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
21.8.	As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
21.9.	É de responsabilidade da licitante a confirmação do recebimento dos pedidos de esclarecimento e impugnação junto a este Ministério.
22.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
22.1.	Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
22.2.	No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
22.3.	A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
22.4.	As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que, não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
22.5.	Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condição ou do resultado do processo licitatório.
22.6.	No contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento. Se se iniciar e vencerem o prazos em dias de expediente na Administração.
22.7.	O desatendimento de exigências formais não impedirá o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento de sua proposta, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
22.8.	Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulga o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.
22.9.	As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, respeitando sempre a supremacia do interesse público.
22.10.	As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.
22.11.	Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.
22.12.	O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrem deste procedimento licitatório será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.
22.13.	Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização do processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
22.14.	Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
22.15.	O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.mdc.gov.br , e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço "Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J" sala 910, CEP 70.053-900, Brasília-DF", nos dias úteis, no horário das 10 horas às 12 horas e às 14 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
22.16.	Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
22.16.1.	ANEXO I - Termo de Referência (SEI nº 0437270);
22.16.2.	ANEXO II - Modelo de Proposta (SEI nº 0387063);
22.16.3.	ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato (SEI nº 0451522).

 Documento assinado eletronicamente por REGINA CELIA DALVI DE SOUZA, Analista Técnico-Administrativo, em 19/11/2018, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.mdc.gov.br/validador>, informando o código verificador 0458135 e o código CRC 48734682.

Processo nº 52006.100551/2018-93

Para a elaboração do presente Termo de Referência foi utilizado o modelo da AGU do tipo PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, SEI nº [0414191](#).

Destaca-se que do modelo, foram **excluídos** os seguintes itens:

Item	Justificativa
7. UNIFORMES	Não se aplica pois não há necessidade de utilização de uniforme.
8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS	A contratada não irá fornecer nenhum tipo de material.
10. VISTORIA	Devido a natureza da contratação não há vistoria a ser realizada. Os estagiários não acompanham os supervisores de estágios.

Os itens 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 do presente Termo de Referência não fazem parte do modelo, no entanto foram adicionados por se tratarem essenciais ao objeto da contratação.

1. **OBJETO**
A contratação de agente de integração, público ou privado, para a prestação de serviços destinados à operação continuada do programa continuado de estágio de estudantes no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	VL. UNIT MÁXIMO POR ESTAGIÁRIO R\$ (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)
1	Contratação de Agente de Integração, visando atender estudantes de educação superior, ensino médio, de educação profissional ou de educação especial, vinculados à estrutura do ensino público e privado, para preenchimento de oportunidades de estágio no âmbito do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, mediante pagamento de taxa de administração por estudante.	R\$ 34,58

2. **JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
O objetivo é de oferecer a estudantes de educação superior, de educação profissional e de ensino médio a oportunidade de obter a experiência necessária para a formação profissional. Propiciar aos referidos estudantes uma complementação de ensino e aprendizagem para o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, mediante a participação em programa de estágio de estudantes nas diversas áreas deste MDIC.

2.1. Desde 2011, por meio da Portaria nº 7, de 29/04/2011 (SEI nº [0302991](#)) da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, este Ministério desenvolve o Programa Continuado de Estágio de Estudantes que considera o estágio ato educativo escolar, cujo objetivo é o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.
2.2. Além disso, o Agente de Integração é responsável pelo recrutamento de candidatas a estágio através de contratos/convenções com as instituições de ensino público e privado, para atender à demanda de estagiários, mantendo as condições e requisitos exigidos pela legislação em vigor.
2.3. Hoje o MDIC não possui corpo técnico, nem expertise para realizar o serviço objeto da contratação.
2.4. Ademais, o Agente de Integração assume a responsabilidade civil pela eventual contratação de estagiário em desacordo com a legislação vigente, bem como é responsável pela contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, desonerando o Ministério e minimizando os riscos.

2.5. Assim, a manutenção da contratação do Agente de Integração para Estágio de Estudante e Estável em diversos fornecedores do planejamento, do Ministério.
3. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
3.1. Trata-se de serviço comum disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, de modo que permita a decisão com base no menor preço nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 4º do Decreto nº 5.450/2005.
3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
4.1. A prestação dos serviços do Agente de Integração se dará nos termos no Art 5º da Lei 11.788 de 25/09/2008:

Art. 5º. As instituições de ensino e as partes correntes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.
§ 1º. Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:
I – identificar oportunidades de estágio;
II – identificar suas condições de realização;
III – fazer o acompanhamento administrativo;
IV – encaminhar requisição de seguro contra acidentes pessoais;
V – coordenar os estudantes.
§ 2º. É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.
§ 3º. Os agentes de integração serão responsáveis civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.”

5. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
5.1. O dimensionamento do número de contratações de estagiários foi feito com base no quantitativo total da força de trabalho do MDIC e aplicando-se os percentuais previstos no art. 7º da Orientação Normativa nº 2 de 24/06/2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
6. **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos exigidos no item 15 deste Termo de Referência e nos termos da Lei nº 11.788 de 25/09/2008.
7. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
7.1. Trata-se de serviço de natureza continuada podendo se estender por mais de um exercício financeiro, pois sua interrupção compromete o desenvolvimento de atividades relacionadas ao estágio, sendo sua continuidade imprescindível à ampla efetividade na execução e acompanhamento do programa de estágio de estudantes deste Ministério.
7.2. A atuação da CONTRATADA se dará com fiel observância às especificações e prazos estipulados, em conformidade obrigatoriamente com os preceitos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018 e da Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
7.3. Ao assinar o contrato com o MDIC, a CONTRATADA assumirá, de imediato, a gestão dos estagiários que já estejam em atuação no Ministério. O MDIC fornecerá a relação dos estagiários ativos na data de assinatura do contrato ao vencedor do procedimento licitatório.
7.4. São objetivos específicos do Programa de Estágio do MDIC:
7.4.1. Proporcionar a complementação educacional de discentes, para as práticas voltadas à formação educacional;
7.4.2. Propiciar ao estagiário ambiente apropriado à aplicação dos conhecimentos teóricos, com a participação na execução das tarefas que compõem as atribuições regimentais das unidades administrativas do MDIC onde estiver prestando o estágio.
7.4.3. Favorecer a obtenção de conhecimento técnico pelo estudante sobre o contexto organizacional e as questões sociais que envolvem a área, favorecendo uma compreensão mais e melhor do papel da cidadania; e
7.4.4. Dinamizar as atividades do MDIC mediante a integração entre servidores públicos e estagiários.
7.5. Trata-se de serviço comum disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, de modo que permita a decisão com base no menor preço

8. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
8.1. Deverá ser apresentado, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa realizado serviço pertinente e estável, comprovando a capacidade técnica, quantidade e prazos com base no menor preço, de forma satisfatória;
8.2. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(ies) o(s) Atestado(s) que a empresa certificou(ou) que a empresa licitante já executou pelo menos 50% (cinquenta por cento) do objeto desta licitação, devendo ser considerado o valor inteiro imediatamente superior para o caso de a porcentagem indicada resultar em valor fracionado.
8.3. A empresa licitante poderá apresentar tantos atestados de aptidão técnica quantos forem necessários para comprovar que já executou objeto semelhante ao da licitação, destacando-se a necessidade desse(s) Atestado(s) demonstrar(em) que o interessado executou anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.
9. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
9.1. A gestão do contrato será feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.
9.2. A comunicação entre o Órgão e o Agente de Integração se dará por meio de e-mail, telefone, correspondência e pessoalmente.
10. **DAS VAGAS**
10.1. O Programa de Estágio do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços conta com a possibilidade de 273 (duzentos e setenta e três) vagas de estágio, sendo 137 (cento e trinta e sete) vagas para nível superior, 68 (sessenta e oito) para nível médio e 68 (sessenta e oito) estagiários de educação profissional, distribuídas conforme necessidade interna e atividades próprias de cada unidade.
10.2. Nos termos da Orientação Normativa SIEGE/MP nº 2/2016, o quantitativo de estagiários corresponderá a 20% (vinte por cento) da força de trabalho do MDIC, observada a dotação orçamentária e
10.3. Ressalte-se que essas vagas são autorizadas e condicionadas pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
10.4. Nos termos da Lei nº 11.788/2008, estão asseguradas as vagas direcionadas aos portadores de deficiência, totalizando em 10% das vagas oferecidas pelo Programa.
10.5. A oferta de bolsas de estágio ficará condicionada à existência de vagas de estágio abertas pelas unidades do MDIC.
11. **DO VALOR DA BOLSA AUXÍLIO**
11.1. Os valores das bolsas de estágio para fins de cálculo do pagamento mensal ao Agente de Integração, estão definidos no Anexo I da Orientação Normativa SIEGE/MP nº 2/2016, conforme tabela abaixo:

VALORES DA BOLSA ESTÁGIO			
Nível médio - 4h	Nível médio - 6h	Nível superior - 4h	Nível superior - 6h
R\$ 203,00	R\$ 290,00	R\$ 364,00	R\$ 520,00

12. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
12.1. O pagamento deverá ser efetuado ao Agente de Integração mensalmente, conforme demanda efetivamente executada, após conferência, mediante a apresentação das notas fiscais, que deverão conter o detalhamento dos serviços executados.
12.2. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo servidor designado deverá ser de até 10 dias úteis após o recebimento pela contratante da Nota Fiscal/Fatura.
12.3. O pagamento será creditado em favor do Agente de Integração por meio de ordem bancária de pagamento, devendo, para isso, ficar explicitado o nome do banco, número da agência e o número da conta corrente.
12.4. O pagamento, conforme disposto nos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, não será superior a 10 (dez) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
12.5. A taxa de Administração corresponde ao custeio das despesas necessárias à realização do objeto, incluindo as despesas administrativas/operacionais (energia elétrica, pessoal, condomínio, telefone, aluguel, transporte, despesas bancárias, material de escritório, etc), as despesas com pagamento do Seguro de Acidentes Pessoais do estagiário, as despesas com o recrutamento e acompanhamento de estagiários, os fretes, os tributos, as tarifas e todas as despesas da execução do objeto.
12.6. O Contrato não poderá ser cobrado pelos serviços prestados, mensalmente, valor fixo pré-determinado, por estar tal procedimento, por expressa declaração, em desacordo com a legislação em vigor.
12.7. O MDIC não está obrigado ao preenchimento total das vagas disponibilizadas para estágio, uma vez que tal preenchimento está condicionado ao seu interesse e a sua disponibilidade orçamentária e financeira.
12.8. O quantitativo de estagiários do mês de referência será verificado no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.
12.9. Se houver diferença entre o valor apurado pelo Contratante e o valor fixado pelo Contrato, essa poderá ser compensada no pagamento do mês subsequente.
12.10. O valor anual ao Contratado pela prestação dos serviços, será o valor anual estimado de R\$ 113.284,08 (cento e treze mil duzentos e quatro reais e oito centavos), perfazendo o valor total estimado de R\$ 556.420,40 (quinhentos e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e quarenta reais e oito centavos), perfazendo o valor total estimado de R\$ 556.420,40 (quinhentos e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e quarenta reais e oito centavos), perfazendo o valor total estimado de R\$ 556.420,40 (quinhentos e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e quarenta reais e oito centavos).

ITEM	QUANTITATIVO MÁXIMO DE ESTAGIÁRIOS	VL. UNIT MÁXIMO POR ESTAGIÁRIO R\$ (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)	VALOR TOTAL ESTIMADO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM R\$ (VALOR DO CONTRATO)
	273	R\$ 34,58	R\$ 9.440,34
			R\$ 113.284,08
			R\$ 556.420,40

13. **DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS**
13.1. Os estágios serão realizados, exclusivamente, nas dependências do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em Brasília/DF, compreendendo os endereços:

13.1.1. Esplanada dos Ministérios, Bloco J;
13.1.2. Setor de Autarquia Sul, Qd 02, 1/A.

14. **DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

14.1. A execução dos serviços será iniciada em 03/12/2018.
14.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme estabelecido no inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

15. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
15.2. Acompanhar e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
15.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
15.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação dos serviços, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
15.5. Efetuar as retencções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela Contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO II, da IN nº 05/2017.
15.6. Identificar e quantificar as vagas de estágio a serem preenchidas, conforme as disposições da legislação vigente, sobre a execução do Contrato de Administração e Encargos do Estagiário;
15.7. Realizar as entrevistas dos candidatos selecionados pelo Agente de Integração;
15.8. Informar ao Agente de Integração os candidatos aprovados nas entrevistas de seleção, com vistas à assinatura do “Termo de Compromisso de Estágio - TCE”;
15.9. Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, conjuntamente com a CONTRATADA, a Instituição de Ensino e o Estudante, ou o responsável, no caso de estudante menor de idade;
15.10. Alocar o estagiário na unidade administrativa do Ministério onde serão desempenhadas as suas atividades;
15.11. Fornecer Crachá de identificação para o Estagiário;
15.12. Fornecer manual de instruções de estágio para o Estagiário;
15.13. Possibilitar à CONTRATADA a supervisão administrativa do Programa de Estágio;
15.14. Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
15.15. Solicitar à CONTRATADA a substituição de estagiários, que não consigam atender-se às normas regulamentadoras do Programa Continuado de Estágio do MDIC e a atividades que lhe forem atribuídas pelo supervisor de estágio, em conformidade com o Plano de Atividades;
15.16. Custear mensalmente as despesas relacionadas à taxa de administração deste contrato;
15.17. Efetuar, até o quinto dia útil do mês subsequente, via Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, os pagamentos mensais aos estagiários, alí incluindo o valor da bolsa de estágio e o valor mensal relativo ao auxílio-transporte, descontando obrigatoriamente o correspondente a faltas ocorridas no período, de acordo com a legislação vigente;
15.18. Enviar ao Agente de Integração, para encaminhamento à Instituição de Ensino, os relatórios de atividades semestrais, com vista obrigatória ao estagiário;
15.19. Manter atualizado no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE o número total de estudantes aceitos como estagiários, níveis superior e médio;
15.20. Proporcionar condições ambientais adequadas para o desenvolvimento das atividades do estagiário;

16. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
16.1. Executar e cumprir fielmente o contrato de modo a que os serviços avançados sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
16.2. Recrutar os candidatos a estágio, em quantidade suficiente e atendendo o perfil das vagas solicitadas pelo MDIC;
16.3. Celebrar e manter contratos/convenções com as instituições de ensino público e privado, em quantidade suficiente para atender à demanda de estagiários aqui estimada, mantendo as condições e requisitos exigidos pela legislação em vigor;
16.4. Observar se a instituição de ensino do estudante selecionado possui autorização de funcionamento e é reconhecida pelo Ministério da Educação;
16.5. Informar currículos de estudantes na área demandada pelo MDIC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação de recrutamento, em número mínimo de 3 (três), para cada vaga, nos termos da Lei 11.788, de 25/09/2008;
16.6. Encaminhar currículos de estudantes na área demandada pelo MDIC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação de recrutamento, em número mínimo de 3 (três), para cada vaga, nos termos da Lei 11.788, de 25/09/2008;
16.7. Encaminhar currículos de estudantes na área demandada pelo MDIC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação de recrutamento, em número mínimo de 3 (três), para cada vaga, nos termos da Lei 11.788, de 25/09/2008;
16.8. Observar a prioridade de encaminhamento de estudantes de nível superior contemplados pelo Programa Universidade para Todos - ProUni e pelo Programa de Financiamento Estudantil - FIES;
16.9. Elaborar o Termo de Compromisso, do qual deverá constar as seguintes informações:
16.9.1. identificação do estagiário, do curso e seu nível acadêmico;
16.9.2. qualificação e assinatura dos contratantes ou convenientes;
16.9.3. indicação expressa de que o Termo de Compromisso de Estágio decorre do convênio;
16.9.4. menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;
16.9.5. valor da bolsa-estágio, quando houver;
16.9.6. vedação expressa à possibilidade de qualquer espécie de cobrança ou desconto pelo agente de integração na bolsa estágio;
16.9.7. a carga horária semanal compatível com o horário escolar;
16.9.8. observar a duração máxima do estágio que é de 2 anos no órgão;
16.9.9. obrigação de apresentar relatórios semestrais e finais ao dirigente da unidade onde se realiza o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhes foram cometidas;
16.9.10. assinatura do estagiário, do responsável pelo órgão ou entidade e da instituição de ensino;
16.9.11. assinatura do representante ou assistente legal do convênio;
16.9.12. condições de desligamento do estágio;
16.9.13. menção do contrato a que se vincula o estudante, e do convênio ao qual se vincula a parte concorrente e a instituição de ensino;
16.9.14. indicação nominal do professor orientador da área objeto de desenvolvimento, a quem caberá avaliar o desempenho do estudante no estágio;
16.9.15. indicação nominal Supervisor de estágio no Órgão, mencionando a Unidade que se dará o estágio; e
16.9.16. indicação de que o estudante somente terá a carga horária do estágio reduzida pelo menos à metade nos dias de verificações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração emitida pela instituição de ensino.
16.10. Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, que deverá constar no TCE;
16.11. Operar, por meio de cursos/palestras presenciais ou à distância, oportunidades de capacitação aos estagiários e supervisores de estágios do MDIC;
16.12. Operacionalizar o programa de estágio em obediência às determinações contidas na legislação vigente, junto ao MDIC, à Instituição de Ensino e ao Estudante;
16.13. Orientar quanto aos aspectos técnicos e pedagógicos do estágio;
16.14. Informar ao MDIC, por escrito, qualquer irregularidade que venha a ocorrer na situação escolar do estudante que o impossibilite de prosseguir no estágio;
16.15. Cumprir o acordo de cumprimento da legislação vigente e alterações, pelo estudante e pela instituição de ensino;
16.16. Apresentar ao MDIC, até o quinto dia útil de cada mês, nota fiscal com os valores referentes à taxa de administração do presente contrato;
16.17. Manter, em supervisão administrativa nas dependências do MDIC, responsável por: Monitorar a inclusão, exclusão e renovação dos estagiários; Convocar estudantes e programar a substituição de estagiários, antecipando a etapa de entrevistas; Comunicar ao MDIC e ao estagiário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a previsão de encerramento dos Termos de Compromisso para fins de análise da pertinência da renovação; Efetuar contatos com os supervisores de estágio, sob orientação do MDIC; Mediar junto às partes à resolução de questões que surgirem com relação ao cumprimento do contrato;
16.18. Fornecer todos os subsídios necessários à CONTRATANTE para que seja elaborada a folha de pagamentos dos estagiários;
16.19. Manter sítio na internet em que sejam disponibilizados serviços como: identificação dos estagiários ativos, período de vigência dos estagiários, período de vigência dos contratos de estágio, atividades previstas no estágio, nome do supervisor, carga horária, valor de bolsa auxílio;
16.20. Abster-se de divulgar, sem autorização por escrito do MDIC, quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
16.21. Consultar o fiscal do contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos sobre a execução do contrato, submetendo-lhe, em tempo hábil, quaisquer situações que venham a exigir a adoção de medidas preventivas ou corretivas;
16.22. Substituir os estagiários que, por qualquer motivo, não satisfizerem as condições requeridas, a critério do MDIC, e os que se afastarem por motivo de rescisão do Termo de Compromisso de Estágio, devendo o encaminhamento no prazo de 10 (dez) dias úteis;
16.23. Orientar o estagiário a zelar pela guarda e pela boa conservação dos bens móveis, utensílios e equipamentos de propriedade do MDIC;
16.24. Fornecer declarações solicitadas pelos estudantes;
16.25. Manter atualizados endereço e dados bancários para efetivação de pagamentos, comunicando ao MDIC, por escrito, as alterações;
16.26. Manter atualizados o(s) endereço(s), o(s) número(s) de telefone(s), de fax, e-mail (e-mail) e e-mail para contato com o supervisor (e) responsável (e) pela execução dos serviços no MDIC;
16.27. Responsabilizar-se civilmente se indicar estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.
16.28. Assumir, de imediato, a gestão dos estagiários que já estejam em atuação no Ministério.
16.29. Possuir estrutura para atendimento presencial em Brasília/DF.
16.30. Promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.
16.31. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
16.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
16.33. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
16.34. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
16.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
16.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelas atividades a serem desempenhadas pelo estagiário, bem como a utilização do trabalho do menor e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
16.37. Retirar a Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
16.38. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorzo anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
16.39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
16.40. Cumprir as determinações contidas na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como as determinações de Lei que vier a substituí-la.

17. **DA SUBCONTRAÇÃO**
17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
18. **ALTERAÇÕES SUBJETIVAS**
18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
19. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
19.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
19.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

- 19.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados na Instrução Normativa nº 05/2017, quando for o caso.
- 19.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
20. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO
- 20.1. Por se tratar de prestação de serviço continuado o recebimento definitivo do objeto se dará no dia de entrada em vigor do contrato.
21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 21.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Instrumento Contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do Instrumento, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o artigo 4º, inciso XIV da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais.
- 21.1.2. Pela inexecução total ou parcial, de qualquer natureza, do objeto do Instrumento, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada às seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:
- 21.1.2.1. **Advertência escrita:** quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- 21.1.2.2. **Multa de mora no percentual correspondente a 0,5%** (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor global da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso no fornecimento do caracterizando inexecução parcial;
- 21.1.2.3. **Multa compensatória no percentual de 5%** (cinco por cento) do valor da Nota Fiscal/Fatura que foi constatada a falta;
- 21.1.2.4. **Multa de mora no percentual correspondente a 2%** (dois por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura que foi constatada a falta, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias do prazo estabelecido para adimplimento da obrigação;
- 21.1.2.5. **Multa no percentual de até 5%** (cinco por cento), calculada sobre o valor global da contratação, quando da inadimplência por período superior a 5 (cinco) dias do prazo estabelecido para adimplimento da obrigação ou quando julgado cabível pela Administração em caso de outras condutas passíveis de multa;
- 21.1.2.6. **Multa no percentual de 10%** (dez por cento), calculada sobre o valor global da contratação, que poderá ensejar a rescisão contratual;
- 21.1.2.7. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 21.1.2.8. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 21.2. As sanções aqui previstas são independentes entre si, sendo que as sanções previstas nos subitem 18.1.2.2. a 18.1.2.6. podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente com as demais sanções, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a critério da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 21.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- 21.4. A sanção estabelecida no subitem 18.1.2.8.6 de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 21.5. A reincidência em condutas faltosas, independente da gravidade, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades atribuídas às condutas imediatamente de maior gravidade.
- 21.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela MDIC, respeitado o encerramento do prazo para defesa prévia e manifestação da Contratada.
- 21.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 21.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso da aplicação da penalidade descrita no subitem 18.1.2.7. a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no instrumento e das demais cominações legais.
- 21.10. Em qualquer caso, a CONTRATADA deverá arcar com todos os procedimentos necessários à solução do problema.
- 21.11. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.11.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.11.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.11.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.15. A CONTRATADA incorrerá em multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação no caso de desistir de prorrogar a vigência contratual após ter dado sua anuência por escrito sobre o interesse na prorrogação, desde que a desistência não seja motivada por circunstâncias alheias a sua vontade.
- 21.16. A aplicação das sanções pelo MDIC seguirá o rito instituído pela Portaria nº 334, de 23 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 247, seção 1, p. 69-70.

ANEXO
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

(nos termos do Anexo V-B da IN nº 05/2017)

Avaliação dos serviços prestados pelo Agente de Integração para operacionalização do programa continuado de estágio de estudantes no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Indicador	
Pagamento ao agente de integração pelo número de estagiários ativos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que o pagamento do agente de integração seja efetuado de acordo com o número de estagiários efetivamente ativos no mês.
Meta a cumprir	O agente de integração deverá encaminhar ao MDIC, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a relação dos estagiários ativos no mês.
Instrumento de medição	Conferência por meio do SIAPE da relação de estagiários remetidos pelo agente de integração.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Para cada estagiário ativo será aplicada a taxa de administração.
Início da Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Se houver divergência na quantidade de estagiários relacionados no mês pelo agente de integração, e o registro do SIAPE, será solicitada a correção.
Sanções	Será pago somente pela quantidade de estagiários comprovados pelo SIAPE.
Observações	

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 5º, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por MARCELLI KANYO DE QUEIROZ, Coordenador(a)-Geral, em 17/10/2018, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por GERALDA RAMOS DA ROCHA, Coordenador(a), em 17/10/2018, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por Andrea Maria Rampani, Chefe de Serviço, em 17/10/2018, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por RAVENA OLIVEIRA CAVALCANTE CARVALHO, Agente Administrativo, em 17/10/2018, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.mdic.gov.br/validador>, informando o código verificador 0437270 e o código CRC D012E036.

Referência: Processo nº 5206.100501/2018-53

SEI nº 0437270

Criado por ravena.mota, versão 3 por Andrea.Rampani em 15/10/2018 15:26:03.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2018

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/2018, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS E A EMPRESA _____

[illegible]

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de agente de integração, público ou privado, para a prestação de serviços destinados à operacionalização do programa continuado de estágio de estudantes no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos

2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma d

2.1.3.	Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.1.4.	Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
2.1.5.	Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
2.1.6.	Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
2.1.7.	Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
2.1.8.	A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.2.	A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Unidade/Gestão: 280101/00001

Fonte:

Programa de Trabalho:

Natureza de Despesa:

PI:

4.2. Nos exercícios seguintes, correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro:

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital (SEI nº XXX) e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO RESCISIVO

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA CONTRATUA

7.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência (SEI nº0450589), anexo do Edital

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.2.	Exercer o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
9.3.	Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando data, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
9.4.	Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
9.5.	Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
9.6.	Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, do IN nº 05/2017.
9.7.	Identificar e quantificar as vagas de estágio a serem preenchidas, conforme as disposições da legislação vigente, solicitando à CONTRATADA o encaminhamento de candidatos a vagas de estágio, prestando as seguintes informações: (i) número de vagas a serem preenchidas; (ii) nível de escolaridade exigido; (iii) conhecimentos exigidos; (iv) atividades a serem desenvolvidas; (v) jornada diária; e (vi) valor da bolsa mensal de estágio.
9.8.	Realizar as entrevistas dos candidatos selecionados pelo Agente de Integração;
9.9.	Informar ao Agente de Integração os candidatos aprovados nas entrevistas de seleção, com vistas à assinatura do "Termo de Compromisso de Estágio - TCE";
9.10.	Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, conjuntamente com a CONTRATADA, a Instituição de Ensino e o Estudante, ou o responsável, no caso de estudante menor de idade;
9.11.	Alocar o estagiário na unidade administrativa do Ministério onde serão desempenhadas as suas atividades;
9.12.	Fornecer Crachê de identificação para o Estagiário;
9.13.	Fornecer manual de instruções de estágio para o Estagiário;
9.14.	Possibilitar à CONTRATADA a supervisão administrativa do Programa de Estágio;
9.15.	Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estágio, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
9.16.	Solicitar à CONTRATADA a substituição de estagiários, que não consigam adequar-se às normas reguladoras do Programa Continuado de Estágio do MDIC e às atividades que lhe foram atribuídas pelo supervisor de estágio, em conformidade com o Plano de Atividades;
9.17.	Custear mensalmente as despesas relacionadas à taxa de administração deste contrato;
9.18.	Efetuar, até o quinto dia útil do mês subsequente, via Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, os pagamentos mensais aos estagiários, aí compreendidos o valor da bolsa de estágio e o valor mensal relativo ao auxílio-transporte, descontando desses valores o correspondente a faltas ocorridas no período, de acordo com a legislação vigente;
9.19.	Enviar ao Agente de Integração, para encaminhamento à instituição de ensino, os relatórios de atividades semestrais, com vista obrigatória ao superior e médio;
9.20.	Mantido atualizado no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE o número total de estudantes aceitos como estagiários, níveis superior e médio;
9.21.	Proporcionar condições ambientais adequadas para o desenvolvimento das atividades do estagiário;
10.	CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
10.1.	Executar e cumprir fielmente o contrato de modo a que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
10.2.	Recrutar os candidatos a estágio, em quantidade suficiente e atendendo o perfil das vagas solicitadas pelo MDIC;
10.3.	Celebrar e manter contratos/convenções com as instituições de ensino público e privado, em quantidade suficiente para atender à demanda de estagiários aqui estimada, mantendo as condições e requisitos exigidos pela legislação em vigor;
10.4.	Observar se a Instituição de Ensino do estudante selecionado possui autorização de funcionamento e é reconhecida pelo Ministério da Educação;
10.5.	Encaminhar currículos de estudantes na área demandada pelo MDIC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação de recrutamento, em número mínimo de 3 (três), para cada vaga oferecida;
10.6.	Informar ao estudante recrutado para a vaga, através de e-mail com Termo de Ciência, de que caso ele já esteja em outro estágio e seja selecionado para a vaga, deverá optar por um dos estágios, nos termos na Lei 11.788, de 25/09/2008;
10.7.	Encaminhar estudantes portadores de deficiência, compatível com o estágio a ser realizado, para fins de cumprimento de reserva de vagas conforme prevê a legislação vigente;
10.8.	Observar a prioridade de encaminhamento de estudantes de nível superior contemplados pelo Programa Universidade para Todos - ProUni e pelo Programa de Financiamento Estudantil - FIES;
10.9.	Elaborar o Termo de Compromisso, do qual deverão constar as seguintes informações:
10.9.1.	identificação do estagiário, do curso e seu nível acadêmico;
10.9.2.	qualificação e assinatura dos contratantes ou comenentetes;
10.9.3.	indicação expressa de que o Termo de Compromisso de Estágio decorre de contrato ou convênio;
10.9.4.	menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;
10.9.5.	valor da bolsa-estágio, quando houver;
10.9.6.	vedação expressa à possibilidade de qualquer espécie de cobrança ou desconto pelo agente de integração na bolsa estágio;
10.9.7.	a carga horária semanal compatível com o horário escolar;
10.9.8.	observar a duração máxima do estágio que é de 2 anos no órgão;
10.9.9.	obrigação de apresentar relatórios semestrais e finais ao dirigente da unidade onde se realiza o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhes foram cometidas;
10.10.	assinatura do estagiário, do responsável pelo órgão ou entidade e da instituição de ensino;
10.10.11.	assinatura do representante ou assistente legal do estagiário, quando houver;
10.10.12.	condições de desligamento do estágio;
10.10.13.	menção do contrato a que se vincula o estudante, e do convênio ao qual se vincula a parte concedente e a instituição de ensino;
10.10.14.	indicação nominal do professor orientador da área objeto de desenvolvimento, a quem caberá avaliar o desempenho do estudante no estágio;
10.10.15.	indicação nominal Supervisor de estágio no Órgão, mencionando a Unidade que se dará o estágio;
10.10.16.	indicação de que o estudante somente terá a carga horária do estágio reduzida pelo menos à metade nos dias de verificações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração emitida pela instituição de ensino.
10.11.	Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja aplicação seja compatível com valores de mercado, que deverá constar no TCE;
10.12.	Oferecer, por meio de cursos/palestras presenciais ou à distância, oportunidades de capacitação aos estagiários e supervisores de estágios do MDIC;
10.13.	Operacionalizar o programa de estágio em obediência às determinações contidas na legislação vigente, junto ao MDIC, à Instituição de Ensino e ao Estudante;
10.14.	Orientar quanto aos aspectos técnicos e pedagógicos do estágio;
10.15.	Informar ao MDIC, por escrito, qualquer irregularidade que venha a ocorrer na situação escolar do estudante que o impossibilite de prosseguir no estágio;
10.16.	Cumprir e observar o cumprimento da legislação vigente e alterações, pelo estudante e pela instituição de ensino;
10.17.	Apresentar ao MDIC, até o quinto dia útil de cada mês, nota fiscal com os valores referentes à taxa de administração do presente contrato;
10.18.	Indicar uma pessoa responsável por: Monitorar a inclusão, exclusão e renovação dos estagiários; Convocar estudantes e programar a substituição de estagiários, antecipando a etapa de entrevistas; Comunicar ao MDIC e ao estagiário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a previsão de encerramento dos Termos de Compromisso para fins de análise da pertinência da renovação; Efetuar contatos com os supervisores de estágio, sob orientação do MDIC; Mediar junto às partes às questões que surgirem com relação ao cumprimento e execução do contrato;
10.19.	Fornecer todos os subsídios necessários à CONTRATANTE para que seja elaborada a folha de pagamentos dos estagiários;
10.20.	Mantido sítio na internet em que sejam disponibilizados serviços como: identificação dos estagiários ativos, período de vigência dos estágios ativos, período de vigência dos contratos de estágio, atividades previstas no estágio, nome do supervisor, carga horária, valor de bolsa auxílio;
10.21.	Abster-se de divulgar, sem autorização por escrito do MDIC, quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
10.22.	Consultar o fical do contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos sobre a execução do contrato, submetendo-lhe, em tempo hábil, quaisquer situações que venham a exigir a adoção de medidas preventivas ou corretivas;
10.23.	Substituir os estagiários que, por qualquer motivo, não satisfizerem as condições requeridas, a critério do MDIC, e os que se afastarem por motivo de rescisão do Termo de Compromisso de Estágio, devendo o encaminhamento de currículos ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis;
10.24.	Orientar o estagiário a zelar pela guarda e pela boa conservação dos bens móveis, utensílios e equipamentos de propriedade do MDIC;
10.25.	Fornecer declarações solicitadas pelos estudantes;
10.26.	Mantido atualizados endereço e dados bancários para efetivação de pagamentos, comunicando ao MDIC, por escrito, as alterações;
10.27.	Mantido atualizados o(s) endereço(s), o(s) número(s) de telefone(s), de fac-símile (fax) e e-mails para contato com a pessoa responsável pela execução dos serviços no MDIC;
10.28.	Responsabilizar-se civilmente se indicar estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.
10.29.	Assumir, de imediato, a gestão dos estagiários que já estejam em atuação no Ministério.
10.30.	Promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.
10.31.	Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
10.32.	Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 a 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
10.33.	Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
10.34.	Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
10.35.	Instituir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
10.36.	Instituir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
10.37.	Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
10.38.	Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
10.39.	Mantido durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
10.40.	Cumprir as determinações contidas na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como as determinações de Lei que vier a substituí-la.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1.1. Concomitante à inscrição administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

11.1.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Instrumento Contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do Instrumento, não manifestar proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o artigo 4º, inciso XIV da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais.

11.1.2. Pela inexecução total ou parcial, de qualquer natureza, do objeto do Instrumento, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

11.1.2.1. **Advertência escrita:** quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

11.1.2.2. **Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento)**, calculada sobre o valor global da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso no fornecimento do caracterizando inexecução parcial;

11.1.2.3. **Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento)** do valor da Nota Fiscal/Fatura que foi constatada a falta;

11.1.2.4. **Multa de mora no percentual correspondente a 2% (dois por cento)** sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura que foi constatada a falta, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias do prazo estabelecido para adimplemento da obrigação;

11.1.2.5. **Multa no percentual de até 5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor global da contratação, quando da inadimplência por período superior a 5 (cinco) dias do prazo estabelecido para adimplemento da obrigação ou quando julgado cabível pela Administração em caso de outras condutas passíveis de multa;

11.1.2.6. **Multa no percentual de 10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor global da contratação, que poderá ensejar a rescisão contratual;

11.1.2.7. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.1.2.8. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.2. As sanções aqui previstas são independentes entre si, sendo que as sanções previstas nos subitens 11.1.2.2 a 11.1.2.6 podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente com as demais sanções, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a critério da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

11.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.4. A sanção estabelecida no subitem 11.1.2.8 é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.5. A reincidência em condutas faltosas, independente da gravidade, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades atribuídas às condutas imediatamente de maior gravidade.

11.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo MDIC, respeitado o encerramento do prazo para defesa prévia e manifestação da CONTRATADA.

11.7. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevantes, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

11.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso da aplicação da penalidade descrita no subitem 11.1.2.7, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no instrumento e das demais cominações legais.

11.10. Em qualquer caso, a CONTRATADA deverá arcar com todos os procedimentos necessários à solução do problema.

11.11. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.11.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.11.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.11.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.15. A CONTRATADA incorrerá em multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação no caso de desistir de prorrogar a vigência contratual após ter dado sua anuência por escrito sobre o interesse na prorrogação, desde que a desistência não seja motivada por circunstâncias alheias à sua vontade.

11.16. A aplicação das sanções pelo MDIC seguirá o rito instituído pela Portaria nº 334, de 23 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 247, seção 1, p. 69-70.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1.	O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
12.2.	Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
12.3.	A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
12.4.	O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
12.4.1.	Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.2.	Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3.	Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, se autorizadas e inscritas em instrumento formal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORÇO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília/DF - Justiça Federal.

